

OUTRAS QUESTÕES SOBRE O PROCESSO “DIRECIONADO” DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, levantou mais uma dúvida acerca do processo de privatização da Eletrobras. Em evento realizado pelo Lide, o Deputado alegou haver uma “*negociação de modelagem para favorecer acionistas...*”.

São várias as dúvidas que pairam sobre o processo de privatização da Eletrobras. Como, por exemplo, por que vender uma empresa que vem apresentando desempenho econômico-financeiro positivo e com capacidade financeira de inaugurar uma nova rodada de investimentos no setor elétrico brasileiro, alavancando a tão combatida economia nacional. A Eletrobras detém o poder de impulsionar às economias regionais desencadeando vínculos com outras empresas, de modo a conseguir efeitos positivos sobre o resto da economia como os setores da construção civil e de serviços, ambos grandes empregadores de mão de obra.

Segundo a consultoria Económica, em 2018, a Eletrobras registrou o 3º maior lucro líquido da América Latina. No ranking Valor 1000, que analisou as mil maiores empresas do Brasil em 2019, a Eletrobras obteve a primeira colocação no setor elétrico no quesito Lucro Líquido, Lucro da Atividade, EBITDA, Ativo Total e Patrimônio Líquido; e figurou, entre as 100 maiores do país, em terceira em Lucro Líquido, Ativo Total e Patrimônio Líquido. Ademais, a relação Dívida Líquida/EBTIDA da Eletrobras é uma das menores do setor elétrico, em torno de 2,6 vezes.

Por que vender uma empresa que responde pela operação de metade do sistema de transmissão de energia elétrica e metade dos reservatórios hidrelétricos do país? Qual o impacto no mercado de energia, caso a Eletrobras venha se tornar uma

empresa privada? Isto é, quais os impactos na tarifa de energia elétrica e na segurança do abastecimento de energia elétrica? Cabe lembrar que a função original da Eletrobras é o fomento, propiciar e garantir energia elétrica de qualidade e a preços justos (modicidade) aos brasileiros, alavancando investimentos e mantendo a economia brasileira pujante, tanto do lado em que a energia elétrica é um insumo à produção de bens e serviços, quanto do lado do consumo de bens de cunho elétrico. A Eletrobras pública é um dos principais alicerces da economia brasileira. Então por que causar dor à população brasileira? Por que privilegiar um pequeno grupo de grandes acionistas minoritários com ganhos enormes e fáceis, causando sofrimento à sociedade em geral?

O que explica as oscilações frequentes na cotação das ações da Eletrobras?

A Bolsa de Valores, B3, também vem solicitando alguns esclarecimentos sobre o comportamento das ações da Eletrobras. O último pedido tinha como referência uma movimentação atípica de ação, “*tendo em vista as últimas oscilações registradas com as ações de emissão dessa empresa, o número de negócios e a quantidade negociada...*”.

Recentemente em uma *live*, o professor José Luis Oreiro (UNB) levantou a seguinte questão: “Faz sentido privatizar para reduzir a dívida pública?” Ao analisar o tema da Eletrobras sob a ótica da Teoria de Finanças, o professor conclui que o Retorno sobre o Capital (ROE) da Eletrobras é consideravelmente superior ao custo da dívida do governo federal, e, portanto, desse ponto de vista, não faz sentido algum a sua privatização. Complementou o professor: “*as empresas estatais federais não dependentes do Tesouro geram um*

CNE

COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

fluxo de dividendos para o governo que é computado como receita primária, reduzindo assim o déficit primário...". Sozinha a Eletrobras já distribuiu mais de R\$ 10 bilhões em dividendos para à União na última década (R\$ 1,2 bilhão em 2020). Cabe lembrar que os representantes dos empregados da Eletrobras já denunciaram várias vezes que nem a Eletrobras está pagando dívidas com a venda desmedida e autofágica de seus ativos, e o governo federal não vai pagar nem resolver a dívida pública brasileira. Trata-se de argumento falso, já desmentido no passado quando as privatizações de FHC prometeram a mesma coisa, mas não pagaram um centavo da dívida. A sociedade brasileira não pode cair no mesmo golpe, neste canto de sereia, pela segunda vez!

A própria fala do presidente da Câmara dos Deputados levanta outras dúvidas. Por exemplo, existe ligação da fala de Maia com o movimento recente que levou o Fundo 3G Radar a assumir posição relevante no capital da Eletrobras? Existe relação entre o dinheiro que esses fundos "abutres", detentores de informações privilegiadas, estão ganhando com a especulação na Bolsa, com o próprio aumento de participação acionária que eles vêm conseguindo? Os representantes dos empregados já vêm denunciando há muito tempo que a Eletrobras é a fonte de dinheiro para eles aumentarem suas participações, via especulação em Bolsa e recebimento de dividendos.

A denúncia guarda relação com o recente avanço do BTG Pactual no setor elétrico, uma vez que o ex-secretário do Tesouro Nacional e hoje sócio da BTG Pactual, Mansueto Almeida, foi citado nominalmente na fala? Lembrando que o BTG Pactual acabou de comprar a maior consultoria do setor, a PSR. Existe conivência da atual gestão da Eletrobras com o possível favorecimento aos grandes acionistas minoritários da Eletrobras? O que explica as oscilações frequentes na cotação das ações da Eletrobras, visto que o *modus operandi* vem se repetindo continuamente? As oscilações das operações com as ações da

Eletrobras, conforme demonstradas pela própria B3, deixa muito claro que tem gente graúda ganhando bufas de dinheiro, manipulando o mercado financeiro com informações privilegiadas.

Outra pergunta antiga e que agora volta à tona é: **Por que o presidente da República mudou de opinião sobre a privatização da Eletrobras?**

Na campanha presidencial, o então candidato Bolsonaro era contra a privatização de setores estratégicos, bem como a transferência de empresas estatais para empresas estrangeiras. Por que o ministro da Economia, com o aval do presidente da República, atuou insistentemente na pauta de privatização da Eletrobras em meio à calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19? Não se respeitam nem mais os mortos nem mais aqueles que perderam ou diminuíram suas rendas nem mais a economia debilitada, já que a privatização da Eletrobras vai aumentar significativamente as tarifas de energia elétrica?

Não podemos esquecer que Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL e o Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE, ainda em 2019, já denunciavam o conflito de interesses exposto dentro do Conselho de Administração da Eletrobras (veja [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)), representado por acionistas minoritários e seus fundos de investimentos.

Em 15 de fevereiro de 2019, o CNE reuniu com o almirante Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia, onde nessa reunião também participaram os senhores Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, presidente da EPE e Ricardo Cyrino secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME). Na oportunidade foi entregue um dossiê com informações importantes ao ministro, apontando o perigo que ronda nossas empresas, principalmente em relação ao processo de capitalização da Usina Nuclear Angra 3, como por exemplo, à atuação dos fundos de investimentos e do conflito de interesses dos acionistas minoritários dentro do Conselho de Administração.



COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Em 15 de maio de 2019 o CNE, com quatro dirigentes sindicais, foi recebido no Palácio do Planalto em Brasília para uma audiência restrita com general Hamilton Mourão, presidente da república em exercício naquele momento, para debater a proposta de privatização que vem sendo orquestrada pelo presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Pinto Junior. Na oportunidade, entregamos um estudo técnico intitulado Eletrobras Pública, elaborado pelos trabalhadores das empresas Eletrobras, apontando com visão técnica caminhos para a Eletrobras continuar pública. O presidente em exercício também recebeu das nossas mãos o mesmo dossiê entregue ao ministro de Minas e Energia, apontando conflito de interesses dos acionistas minoritários dentro do Conselho de Administração.

Nós sempre alertamos o governo, deputados e todos os órgãos de fiscalização da nocividade, quanto aos estranhos atos e procedimentos, bem como o uso de dados desatualizados que o presidente da Eletrobras se utiliza para levar a erro e convencer o povo brasileiro de que é preciso privatizar.

Diante da gravidade dos fatos constantes nas declarações do presidente da câmara dos deputados, se faz necessária a abertura urgente de uma CPI sobre o processo de privatização, com imediato afastamento do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Pinto Junior, de forma a não atrapalhar as possíveis investigações, visto que se encontra em suspeição.

De forma complementar, faz-se necessário que sejam requeridos todos os relatórios produzidos

pelos técnicos das Controladas da Eletrobras e encaminhados à diretoria da *holding* onde constam suas recomendações para as tratativas de gestão das empresas Usina Hidrelétrica de Tucuruí e Usina Nuclear Angra 3, para a composição dos PDNG's (Plano Diretor de Negócios e Gestão) dos últimos 6 anos. Ademais, também deve ser requerido documentos de recomendações das Controladas para suas SPE's antes de suas alienações impostas pela gestão Wilson Pinto. A última venda, e mais escabrosa de todas, foi a alienação do controle do Complexo Eólico Campos Neutrais.

É importante ressaltar, no caso especial das SPE's, quais as movimentações, acionárias e financeiras, que decorreram dessas operações de venda, especificando em quais contas do balanço patrimonial e resultado do exercício foram afetados. Outro ponto: tornou-se nítida a barganha com que foram realizadas as vendas das SPE's onde a maioria delas já produzem lucros fartos para seus novos acionistas.

Enfim, são muitas perguntas sem respostas sobre o processo de privatização da Eletrobras. E, nesse sentido, além de reforçar todas as questões aqui apontadas, a declaração do presidente da Câmara traz elementos novos e que precisam ser investigados com rigor pelos órgãos competentes, tais como o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Já está mais do que na hora!



DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS:

-  facebook.com/EnergiaNaoEMercadoria
-  instagram.com/energianoemercadoria
-  twitter.com/EnergiaN Mercado
-  youtube.com/c/EnergiaNaoEMercadoria
-  +55 (61) 9 9982-9309
-  www.energianoemercadoria.com.br